



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001308-83.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Dvl Consultoria e Fomento Empresarial Ltda**
 Requerido: **Alexandra Carmelino Zatorre e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado os réus para na condição de advogados impetrarem um mandado de segurança em seu favor.

Alegou ainda que a sentença concessiva da segurança restou modificada em grau de recurso que lhe foi interposto, não tendo os réus na sequência recolhido o preparo do recurso especial então protocolizado.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que experimentou.

Como bem assinalado na peça de resistência, operou-se a prescrição para o ajuizamento desta ação.

Com efeito, o documento de fl. 29 demonstra que em maio de 2011 teria sido encaminhada à ré correspondência a propósito do recurso especial já aludido, inclusive com referência às eventuais custas pertinentes.

É certo, outrossim, que em 28 de agosto de 2011 esse recurso foi julgado deserto por falta de pagamento do porte de remessa e retorno, bem como do preparo (fl. 32).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Por outro lado, extrai-se da petição inicial que **posteriormente** a autora foi cobrada pelo Município de São Carlos em execução fiscal por quantia ligada àquele mandado de segurança, contratando novo Procurador para a oposição dos embargos com a ressalva de isso poderia ser evitado se os réus tivessem cumprido suas obrigações (fl. 03, penúltimo parágrafo).

Tais embargos foram apresentados em 13 de dezembro de 2011 (fls. 34/39).

O quadro delineado denota que os possíveis danos causados à autora tiveram origem no ano de 2011 e que o fato do recurso especial ter sido julgado deserto já era então de conhecimento da mesma, tanto que contratou outro profissional que ofereceu embargos à execução fiscal já em curso que tinha ao que consta liame com a mesma matéria discutida no mandado de segurança.

Em consequência, o prazo prescricional para a dedução da pretensão à reparação civil (que era de três anos na forma do art. 206, § 3º, inc. V, do Código Civil) já se escoara quando da distribuição da presente ação, ou seja, em 23 de fevereiro de 2015.

A extinção do processo é portanto medida que se impõe.

Já o pedido contraposto feito pelos réus não poderá ser apreciado, na medida em que está fundado em fatos diversos dos que constituem o objeto da controvérsia inicialmente posta a análise (art. 31, caput, da Lei nº 9.099/95).

Os réus aludem a possível "vingança" com o ajuizamento da ação, assunto esse que extravasa o âmbito da discussão concebida de princípio, de sorte que tal pleito não poderá igualmente ser apreciado.

Isto posto, declaro a prescrição da ação e julgo extinto o processo com fundamento no art. 269, inc. IV, do Código de Processo Civil, bem como deixo de apreciar o pedido contraposto formulado pelos autores na forma da fundamentação já expendida.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**